

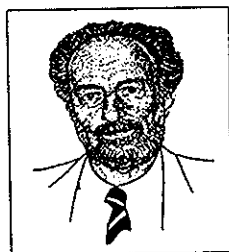
WASHINGTON NOVAES

Repensar o cerrado

Fim e começo de ano sugerem balanços, recapitulações, projetos novos, desafios. Mas põem em geral muitas dúvidas, questionamentos, principalmente em tempos de crise como agora. Pena, por isso, que ninguém dos altos escalões da República estivesse presente ao workshop para discussão do plano de ação para os ecossistemas do cerrado, promovido há poucos dias pelo próprio Ministério do Meio Ambiente. Muita coisa foi dita ali por especialistas que ajudaria a responder às perguntas fundamentais a respeito de quase um quarto do nosso território, o que tem sido feito ali pela ação humana, problemas e riscos do modo atual de ocupação desse espaço e indicações do que se poderia e deveria fazer.

Um dos ângulos mais preocupantes foi exatamente a advertência de que a posição que tem sido apresentada por membros do governo federal, em relação aos chamados alimentos transgênicos, não corresponde exatamente à do corpo de cientistas da Embrapa, a maior instituição de pesquisa do País na área. Os cientistas desse órgão, diferentemente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e membros do Executivo, admitem que há uma controvérsia científica mundial sobre o assunto. Que pode haver riscos para a biodiversidade em geral, para a biodiversidade alimentar e para o próprio consumidor em algumas das variedades modificadas, principalmente com o propósito de maximizar o lucro na aplicação de defensivos (caso da soja, por exemplo). Entendem, por isso, a posição da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que pediu uma moratória de cinco anos e estudo de impacto ambiental, antes de aprovar o plantio dessa variedade específica. Aham que é uma posição de prudência.

Admitem, além disso, que as questões mercadológicas são mui-



É preciso idealizar modelo de gestão para a região, um patrimônio dos brasileiros

tos fortes e precisam ser consideradas: o Brasil pode perder o mercado japonês, que é seu maior comprador, e grande parte do mercado europeu, se entrar pelo caminho dos alimentos transgênicos. Pode também colocar-se numa posição de dependência tecnológica e biotecnológica, problemática no balanço de transações correntes, por causa dos royalties que terá de pagar.

Mas não foi só dos impactos dos alimentos transgênicos que o workshop tratou. Especialistas mostraram que a biodiversidade do cerrado, que representa talvez um terço da diversidade biológica brasileira, está sob grave ameaça. Já em 1993, as imagens de satélites mostravam que 67,1% das 38 fisionomias do cerrado haviam sofrido fortes alterações por ações humanas. E, no restante da área, com exceção de três manchas, também havia intervenções muito fortes. Isso parece problemático para a conservação da biodiversidade, já que cerca de 50% das espécies dependem, para sua sobrevivência, das chamadas matas de galeria, que só correspondem a menos de 10% da área total e estão sob forte pressão.

O cerrado, na verdade, já responde, segundo a Embrapa, por pelo menos 41,5% da soja no País, 38,5% da carne, 22% do milho e 20% do arroz, do feijão e do café, nos 47 milhões de hectares que contribuem significativamente para essa produção. Um dos problemas está em que se fala em expandir o modelo para mais 80 milhões de hectares e triplicar a produção. Cientistas da Embrapa acham até possível uma expansão forte na produção (embora possa ter efeitos dramáticos nos preços). Só que ela pode ser obtida sem expandir a área, com tecnologias e métodos adequados. Hoje, a produtividade média da soja na região é muito baixa e ainda está-se reduzindo, mesmo nas

áreas de ocupação recente, como o oeste da Bahia, onde já caiu de 3,5 toneladas por hectare/ano para 0,6 tonelada, por causa da erosão do solo (média de 6 a 10 quilos por quilo de grão produzido) e problemas de utilização intensiva de irrigação, compactação do solo, dificuldades de polinização, etc. Tal como tem acontecido também nas áreas de ocupação mais antiga em Mato Grosso, levando à migração de produtores para frentes mais ao norte, como a Chapada dos Parecis – onde os mesmos problemas começam a acontecer.

O modelo tem produzido ainda forte concentração na propriedade da terra e na renda, porque a baixa produtividade exige cultivos em extensões cada vez maiores, para assegurar a lucratividade. Uma das consequências é o forte êxodo de pessoas para as áreas urbanas: de 1960 a 1996, a população urbana dos Estados do Centro-Oeste passou de 1 milhão de pessoas para 8,86 milhões, enquanto a rural caiu de 1,9 milhão para 1,63 milhão – e ainda sem levar em conta que, nesse período, o Estado do Tocantins, hoje na Região Norte, ficou com cerca de 1 milhão de pessoas. Nos anos 80, por exemplo, 50,6% da migração rural no País ocorreu no Centro-Oeste.

Mais complicado, entretanto, é que esse modelo, voltado fundamentalmente para a exportação, atrela a produção nacional a padrões de consumo e matrizes energéticas dos países industrializados – insustentáveis, como mostrou o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 1998, da ONU, já comentado neste espaço. Por isso, o modelo de transportes (rodovias, ferrovias, hidrovias) na região obedece à mesma lógica, assim como o modelo energético (novas hidrelétricas, em grande parte voltadas para a produção de alumínio, que aqueles países não querem mais produzir, por seus altos custos energético e ambiental).

Seria preciso, então, pensar um modelo mais adequado para o cerrado e suas 38 fisionomias. Pouco se sabe, por exemplo, da biodiversidade em 21 dessas áreas, com a

agravante de que boa parte de suas espécies é endêmica, só acontece ali. Pensar em formatos menos predatórios.

Pensar, por exemplo, em coisas simples, como agricultura familiar, ampliação de culturas sob o sistema de plantio direto e sem uso de defensivos, que reduz a erosão. Pensar em manter nichos de mercado privilegiados, como pode ser o de grãos sem modificações genéticas. Em recente audiência das Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente, da Câmara dos Deputados, a maior rede de supermercados no País, uma das maiores do mundo, informou que não pretende utilizar esses alimentos, aqui ou fora. Parte da Europa e o Extremo Oriente não querem grãos modificados.

Repensar as relações campo-cidade, já que mais de 20% da população brasileira ainda vive em zonas rurais e depende da biodiversidade para a alimentação, a medicina, a energia, a cultura, etc. Seu deslocamento só agravará os problemas das áreas urbanas, principalmente das metrópoles. É preciso estimular formatos de criação ali de postos de trabalho, relacionados com industrialização de matérias-primas, reflorestamento, fruticultura, turismo rural, assistência a idosos, etc. – na linha que tem sido exposta por vários estudiosos.

Pensar em inscrever o cerrado entre os patrimônios brasileiros, na Constituição, ao lado da Amazônia e dos outros biomas. Criar, como nesses outros ecossistemas, corredores ecológicos, para permitir a preservação de todas as cadeias da biodiversidade. Aumentar as grandes áreas de conservação, para chegar no mínimo à média latino-americana.

Pensar, principalmente, num modelo de gestão de acordo com as possibilidades e as vantagens comparativas de um país como o Brasil – e não numa agropecuária que ainda atende em grande parte, como há cinco séculos, padrões alheios. No momento em que tanto se fala nos 500 anos do descobrimento, só nos faria bem repensar essas coisas.